

ACESSIBILIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA AOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL - PR

DIEGO SCHAFER
MATHEUS GRAEFF
HANI ZEHD AMINE AWAD
Faculdade Assis Gurgacz – FAG – Cascavel – Paraná – Brasil
hani@hani.com.br

RESUMO

O objetivo deste estudo é identificar se os espaços públicos de lazer da cidade de Cascavel – PR disponibilizam de estrutura arquitetônica que permita o acesso de uma pessoa com deficiência física (cadeirante). A pesquisa se caracteriza como descritiva de campo, em que se realizou uma visita junto de uma pessoa com deficiência física (cadeirante) em quatro espaços públicos de lazer, sendo eles: Lago Municipal, Complexo Esportivo Ciro Nardi, Zoológico e Parque Tarquínio. Procurou-se, por meio da pesquisa, apontar as estruturas físicas de lazer ofertadas por esses espaços, assim como conhecer as principais dificuldades que uma pessoa com deficiência física encontra ao utilizar os espaços públicos de lazer e identificar as possibilidades de atuação do profissional de Educação Física frente a essas pessoas em espaços públicos de lazer. Para a coleta de dados utilizou-se um questionário com perguntas abertas e fechadas, além disso, houve o registro de todas as estruturas arquitetônicas por meio de registros fotográficos, os quais foram comparados com os propostos pela literatura com relação às adaptações necessárias. Os resultados obtidos demonstraram que todos os espaços públicos visitados apresentaram falta de adequações nas estruturas físicas dos banheiros, dos bebedouros, das rampas de acesso e das calçadas, dificultando o acesso de pessoas com deficiência física e a realização de atividades voltadas ao seu lazer com autonomia e segurança. A pesquisa ainda apontou a falta de pessoas capacitadas para orientar e para propiciar práticas de lazer, além da insuficiência de iniciativas por parte dos responsáveis públicos em promover ações que assegurem os direitos das pessoas com deficiência física para que possam exercer seus direitos como cidadãos, tendo condições de acessar apropriadamente os espaços públicos para exercitar o seu lazer.

PALAVRAS-CHAVE: Lazer. Espaços Públicos. Deficiência Física. Acessibilidade.

INTRODUÇÃO

O presente estudo teve a finalidade de identificar se os espaços públicos de lazer do município de Cascavel - PR apresentam as edificações necessárias para permitir o acesso das pessoas com deficiência física (cadeirante).

De acordo com a Constituição Federal todo indivíduo possui o direito à saúde, à educação, ao trabalho e ao lazer independente de suas capacidades físicas, mentais ou posição social, devendo-se assegurar o acesso, em especial, aos espaços públicos – direito comum a todos os cidadãos.

A parcela da população brasileira, atingida por algum tipo de deficiência, é expressiva, tendo em vista que os dados do último censo do IBGE apresentaram que 23,9% da população brasileira possuem algum tipo de deficiência, totalizando em 45,6 milhões de pessoas (BRASIL, 2010).

O termo “pessoa deficiente” refere-se à qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência congênita, ou não, em suas capacidades físicas e mentais (RIBAS, 1998).

As deficiências podem ser divididas em cinco grandes grupos: deficiência física, mental, sensorial, orgânica e múltipla, no entanto, o foco deste estudo é a deficiência física, que deve ser entendida como uma alteração completa, ou parcial, de um ou mais segmentos do corpo humano acarretando no comprometimento da função física, podendo ser apresentado como: monoplegia, hemiplegia, paraplegia, triplegia, monoparesia, hemiparesia, paraparesia, tetraparesia, amputação, ou ausência, de um membro do corpo ou paralisia de origem cerebral (BRASIL, 2006).

Pessoas com deficiência, muitas vezes, são impedidas de usufruir seus direitos de cidadãos, dentre eles, o lazer, devido à incompetência ou ao descaso do poder público.

Foi na Europa, a partir das condições de trabalho industrial que desrespeitavam o mínimo de dignidade para o ser humano que surgiu o primeiro manifesto a favor do lazer dos operários: o clássico “O direito à preguiça” do militante socialista Paul Lafargue, publicado em 1880 (MARCELINO, 2002). O lazer nasceu nessa época por meio de reivindicações feitas pela classe operária, que clamava incessantemente por melhores condições de vida, de trabalho, de salários dignos, de redução da jornada de trabalho, do direito do descanso remunerado e, por fim, do direito ao lazer (AWAD, 2002).

Segundo o sociólogo Dumazedier, (1973), o lazer é um conjunto de ocupações pelas quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, para divertir-se, para recrear-se, para entender-se ou, ainda, para desenvolver sua informação, ou formação, desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

Bramante (1998) destaca o lazer como uma dimensão privilegiada da expressão humana dentro de um tempo conquistado, materializado por meio de uma experiência pessoal criativa de prazer e que não se repete no tempo-espaço cujo eixo principal é a ludicidade.

Complementando, Camargo (1986) conceitua o lazer como um conjunto de atividades gratuitas, prazerosas, voluntárias e liberatórias centrada em interesses culturais, físicos, manuais, intelectuais, artísticos e associativos, realizados num tempo livre, roubado ou conquistado historicamente sobre a jornada de trabalho profissional e doméstico, que interfere no desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos.

As pessoas que não apresentam deficiência física acabam sofrendo com a diversidade econômica que existe em nosso meio, fazendo com que as oportunidades para melhorar a qualidade de vida por meio do lazer, acabem sendo ameaçadas por algumas diferenças. Se as pessoas que não possuem nenhuma forma de deficiência encontram barreiras para vivenciar a prática do lazer, imagine aquelas que são, historicamente, marginalizadas da sociedade, como é o caso das pessoas com deficiência física.

No entanto, apesar das dificuldades para a prática do lazer, a pessoa sem deficiência tem acesso a alguns espaços públicos que possuem e oferecem algumas atividades de lazer. E o que queremos discutir aqui é se esses espaços possibilitam esse mesmo acesso às pessoas com deficiência física.

É necessário que o poder público tenha um comprometimento com a educação pelo e para o lazer, caracterizando as ações pedagógicas, incluindo aqueles que são marginalizados, para que a alegria e o acesso a uma boa qualidade de vida não seja um privilégio de poucos (BRASIL, 1995).

Democratizar o lazer implica democratizar o espaço, e se o assunto for colocado em termos da vida do cotidiano das pessoas, não há como fugir do fato: o espaço do lazer é o espaço urbano (MARCELINO, 2002).

Para Prado (2001), um espaço acessível é aquele que oportuniza às pessoas com deficiência, condições de alcance para a utilização, com segurança e autonomia, de edificações, de espaço, de mobiliário e de equipamentos urbanos.

Por acessibilidade entende-se o direito de quem apresenta algum tipo de deficiência, ou mobilidade reduzida, de levar uma vida sem obstáculos, locomovendo-se com segurança e com autonomia (SOLDA, 2007).

A existência de barreiras econômicas e sociais, sobretudo físicas (arquitetônicas), atinge, de forma mais incisiva, as populações pobres e menos protegidas, cuja circulação e acessibilidade ao espaço urbano são drasticamente reduzidas, impedindo o deslocamento de pessoas com deficiência e outros que possuem dificuldades de locomoção (BRASIL, 2006).

Por problemas diversos, mas em boa parte motivada ou agravada por barreiras arquitetônicas, pessoas com deficiência estão privadas de frequentar cinemas, teatros e bibliotecas devido ao fato de encontrarem portas estreitas que bloqueiam a passagem de cadeira de rodas, e de andar de modo autônomo nas ruas, tendo em vista que as calçadas possuem buracos e obstáculos que restringem os deficientes físicos. A livre circulação de pessoas com deficiência é uma necessidade e um direito. O não reconhecimento desse fato é a primeira barreira que deve ser removida (CARMO; SILVA, 1997).

Os direitos das pessoas com deficiência são os mesmos de qualquer outro cidadão. Entretanto, essas pessoas têm outras necessidades pela sua própria condição, as quais devem ser levadas em consideração sob pena de permanecerem excluídas do convívio social. E um dos direitos dessas pessoas é o acesso ao lazer e a eliminação de barreiras arquitetônicas nos espaços públicos que ofereçam o referido serviço.

A medicina moderna, os profissionais de Educação Física e os meios de comunicação não se cansam de exaltar o papel do lazer como uma das melhores formas de combater o estresse da vida agitada que levamos hoje em dia, principalmente nos grandes e conturbados centros urbanos. Para isso, é claro, não se dispensam parques públicos com áreas reservadas e com professores especializados (GIL, 2001).

Devido à importância do lazer na vida do deficiente físico e na inclusão de atividades que, anteriormente, ele não praticava, é que há a necessidade de acessibilidade aos espaços públicos de lazer, com remoção de barreiras arquitetônicas e com o auxílio do profissional de Educação Física. O profissional em questão, então, segundo Pauka (1994), pode proporcionar para a pessoa com deficiência física o conhecimento do seu corpo, levando-o a usá-lo como instrumento de expressão consciente, na busca de sua independência e satisfação das suas necessidades. Dessa forma, para verificar se esse direito está sendo cumprido pelo poder público, procuramos, por meio desse estudo, identificar se os espaços públicos de lazer do município de Cascavel - PR disponibilizam de estrutura arquitetônica que permita o acesso de pessoas com deficiência física.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de campo de caráter descritivo, realizado em quatro espaços públicos de lazer do município de Cascavel – PR. É importante ressaltar que todos os procedimentos da pesquisa não implicaram qualquer risco físico, psicológico, moral ou prejuízo aos indivíduos participantes. Portanto, o estudo cumpriu as “Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos” (196/96) editadas pela Comissão Nacional de Saúde.

Trata-se de um estudo descritivo realizado de maneira transversal, efetivado em quatro espaços públicos de lazer do município de Cascavel – PR, sendo eles: Lago Municipal, Parque Tarquínio, Complexo Esportivo Ciro Nardi e Zoológico Municipal de Cascavel.

A amostra do presente estudo foi constituída por uma pessoa com deficiência física (cadeirante). A pesquisa consistiu em observar o acesso e a locomoção do voluntário nos espaços públicos de lazer do município de Cascavel - PR.

Para a realização deste estudo, utilizou-se, como instrumento de coleta de dados, um questionário misto com 34 perguntas sendo 4 questões abertas e 30 fechadas. O instrumento foi concedido pelo professor Nelson Cabral e foram acrescentadas quatro questões elaboradas pelo pesquisador e pelo seu orientador. Foi realizada uma aplicação piloto do instrumento com três professores para verificar sua coerência e clareza. Além do questionário, foi feito o registro

por meio de fotos, para destacar situações decorrentes no acesso das pessoas com dificuldade de locomoção (cadeirantes) nos espaços públicos de lazer.

O questionário foi aplicado após a visita do avaliador, acompanhado pelo pesquisador, a cada um dos espaços públicos pertencentes ao estudo.

Os dados foram apresentados por meio das respostas obtidas e das descrições apresentadas pelo respondente/voluntário acerca das estruturas arquitetônicas de cada espaço público de lazer visitado durante a pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A presente pesquisa procurou identificar se os espaços públicos da cidade de Cascavel - PR disponibilizam estrutura arquitetônica que permita o acesso de pessoas portadoras de deficiência física (cadeirantes) para a prática de lazer.

A escolha dos quatro espaços públicos pesquisados ocorreu por serem conhecidos pela população, por atraírem um número significativo de pessoas que praticam atividades físicas e buscam ter momentos de lazer. Um dos objetivos do nosso estudo foi apontar as estruturas de lazer ofertadas por esses espaços e os dados obtidos foram os seguintes:

O Complexo Esportivo Ciro Nardi, está localizado na Rua Barão do Cerro Azul, s/n, no bairro Ciro Nardi. É uma área reservada ao esporte e ao lazer, sua estrutura dispõe de: uma piscina semiolímpica, com cinco raias, um campo de futebol com pista de atletismo, com seis raias de 400 metros, uma arquibancada com capacidade para 1000 pessoas, 02 quadras de tênis, 02 canchas de bocha, 05 quadras poliesportivas e uma pista para caminhada com 1000 metros.

O Zoológico Municipal de Cascavel possui uma área com 72.600m² situado na Rua Fortunato Bebbler entre as ruas Catanduvas e Jacarezinho, nº 2307, no jardim Nova York. Em seu interior encontram-se um zoológico com mais de 300 animais, sendo 37 espécies de aves, 23 espécies de mamíferos, 08 espécies de répteis, um museu de história natural, reserva de mata nativa, playground, sanitários, sorveteria e área para piquenique.

O Lago Municipal, localizado na Avenida Rocha Pombo s/n, conta com 3.800 metros de ciclovia iluminada, playground, mirante, restaurante, lago com uma variedade de peixes, e pedalinhos para passeios no lago. Existe, ainda, em suas proximidades, o Kartódromo, a Igreja Nossa Senhora de Fátima, o Chafariz e a Fonte dos Leões.

O Parque Tarquínio está localizado na Rua Carlos de Carvalho com a Rua Hyeda Baggio Mayer, no bairro Parque São Paulo. Possui uma área de 77.600 m² com dois banheiros, sendo um masculino e outro feminino, churrasqueira, lago, trilhas, campo de futebol, cancha de bocha, lanchonete, uma ampla área coberta com gramado¹.

Com o crescimento acelerado e desordenado das cidades, se restringe cada vez mais os espaços e os meios para a prática do lazer, limitando essas atividades a shoppings, clubes, associações e outros estabelecimentos privados que exigem poder aquisitivo para serem frequentados, fazendo com que a grande maioria da população procure os espaços públicos oferecidos pelas prefeituras.

Se os espaços para o lazer são privilégios de poucos, todo o esforço para sua democratização não pode depender unicamente da construção de equipamentos específicos, eles são importantes e sua proliferação é necessária. A ação democratizada deve abranger a conservação dos equipamentos já existentes, sua divulgação e incentivo, a utilização por meio de políticas especiais, a preservação e a revitalização do patrimônio ambiental urbano, oportunizando, também, o acesso a esses lugares à população menos favorecida e marginalizada como no caso das pessoas com deficiência física (MARCELINO, 2002).

¹Disponível em: www.cascavel.pr.gov.br/seplan/prfil/html. Acesso em: 14 ago. 2015.

Conhecer as principais dificuldades que as pessoas com deficiência física encontram ao utilizar os espaços públicos de lazer é também objetivo de nosso estudo, além disso, identificar as condições de acesso em torno dos espaços, das ruas, das calçadas, do pátio, do interior das edificações e das instalações sanitárias é de importância também política.

Com os dados obtidos por meio de questionário aplicado após a visita aos espaços públicos que compõem esta pesquisa, foi possível identificar que os quatro espaços visitados não disponibilizam ponto de ônibus acessível, e apenas no complexo Esportivo Ciro Nardi existem guias rebaixadas e faixa de segurança nas esquinas, ainda assim, em apenas um dos lados da rua.

Recomenda-se que, em todos os pontos de paradas acessíveis, sejam previstos piso regular sem desnível, firme, estável e antiderrapante sob quaisquer condições climáticas. As faixas de circulação dos passeios e as calçadas devem estar ligadas ao leito carroçável, por meio de rebaixamento das guias, com rampas no passeio, ou qualquer outro meio de acessibilidade (ABNT, 2010).

Com relação às calçadas tanto no interior de todos os espaços visitados como nos arredores desses, encontramos calçadas bastante danificadas, com muitos buracos e com raízes de árvores expostas. Da mesma forma, as rampas de entradas dos espaços e as do seu interior, se encontram fora das normas da ABNT, dificultando a circulação de pessoas com deficiência física. No Complexo Esportivo Ciro Nardi o acesso às quadras não dispõem de rampas, esse ocorre por meio de degraus com passagens estreitas. Somente a entrada do ginásio tem rampas, porém, muito acentuadas, não sendo possível o acesso, de forma independente, por uma pessoa com deficiência física.

Para garantir a acessibilidade em calçadas, é necessário observar as características dos pisos, o material dos revestimentos, a inclinação, os desníveis, as dimensões e as padronizações de mobiliário e de equipamentos urbanos, além de que a superfície deve ser regular, firme, estável e antiderrapante. A inclinação transversal máxima admitida é de 2% para pisos internos, e de 3% para pisos externos, a inclinação longitudinal é de 8,33%, e a declividade é de 10%, ainda, as calçadas, ou passeios, devem ter uma faixa de circulação, livre de obstáculos e de interferências. Da mesma forma, as rampas devem obedecer a uma inclinação máxima de até 8,33%, e a sua largura máxima é de 1,20 m, com corrimões instalados em ambos os lados que permita uma boa empunhadura e fácil deslizamento (CEPAM, 2008). O acesso às quadras, assim como a todos os outros pontos de visitas, deve permitir o acesso de uma cadeira de rodas, para tanto, é necessário a substituição dos degraus por rampas construídas de acordo com as normas da ABNT.

Seguindo essa mesma linha de pesquisa, procuramos saber se uma pessoa com deficiência física, durante uma visita aos espaços públicos, precisasse usar as instalações sanitárias para as suas necessidades, essa instalação seria acessível? Ou se essa pessoa tivesse sede ela teria um local adequado para saciá-la? Dessa forma, observamos durante a pesquisa que os banheiros do Lago Municipal e do Zoológico estão totalmente inacessíveis, haja vista que até uma pessoa que não possui deficiência terá dificuldades para usá-los.

O banheiro do Parque Tarquínio permite o acesso de uma pessoa com deficiência física, no entanto, suas instalações estão precárias, com portas sem fechaduras, sem contar que faltam: barra de apoio, torneiras, espelhos e tampas nos sanitários.

O banheiro melhor adaptado foi encontrado no Complexo Esportivo Ciro Nardi, em apenas um dos dois banheiros existentes, entretanto, alguns itens devem ser revistos: torneiras fora dos padrões em forma de rosca, descarga com cordinha e porta sem puxador, dificultando, por exemplo, o uso por um cadeirante tetraplégico.

Para que um sanitário seja acessível, as portas devem ter largura mínima de 80cm, com maçaneta para abrir a porta do tipo alavanca, com puxador horizontal localizado a uma altura de 90cm a um 1,10m, o vaso sanitário deve estar a uma altura de, no máximo, 46cm, com barras de apoio nas laterais e ao fundo, com altura de 75cm. Os lavatórios devem ser suspensos a uma altura de 78 cm a 80cm do piso acabado, as torneiras devem ser acionadas

por alavanca, por sensor eletrônico ou por dispositivos equivalentes. Ainda, o sistema de descarga deve ser do tipo válvula hydra, numa altura de 1m; os espelhos, quando instalados na posição vertical, devem ter uma altura de 90cm e quando inclinados, uma altura de 10% em relação ao plano vertical; além disso, a altura da borda inferior deve ser de, no máximo, 1,10m, com relação ao papel toalha, à saboneteira e aos outros acessórios, esses devem estar a uma faixa de alcance de 1,20m (ABNT, 2014).

Também encontramos falta de adaptação total nos bebedouros, os quais foram localizados somente no Zoológico e no Complexo Esportivo Ciro Nardi, em péssimo estado de conservação, estando quebrados e fora das normas da ABNT. De acordo com ABNT (2014), um bebedouro acessível deve possuir altura livre inferior de, no mínimo, 73cm do piso, e deve ser garantida a aproximação frontal até, no mínimo, 50cm, acionamento do tipo garrafão e os copos posicionados a uma altura entre 80cm e 1,20m.

Questionamos o voluntário se ele conseguiria vivenciar momentos de lazer nos espaços estudados, a resposta foi positiva, mas acrescentou que teria muitas dificuldades e limitações, disse, ainda, que só conseguiria porque tem uma boa mobilidade, apenas não sendo possível no Parque Tarquínio, devido ao alto grau de inclinação longitudinal das trilhas.

Verificamos, a partir das respostas do nosso entrevistado, que, em relação aos espaços públicos pesquisados, nenhum dispõe de estrutura física que possibilite uma pessoa com deficiência física realizar atividades de lazer com autonomia e segurança, devido aos problemas apresentados anteriormente.

Procurando responder um de nossos objetivos, questionamos o entrevistado quanto às possibilidades de atuação do profissional de Educação Física frente às pessoas com deficiência física em espaços públicos de lazer. Durante a pesquisa, não conseguimos identificar, em nenhum dos espaços pesquisados, a presença de um profissional de Educação Física, orientando as pessoas em suas práticas de lazer, muito menos as pessoas com deficiência física. Na opinião do entrevistado, essa presença se faz necessária, pois é importante ter alguém habilitado para orientar as atividades.

Nesse sentido, o profissional de Educação Física, frente a esses espaços, pode ser um incentivo a mais para que as pessoas com deficiência procurem vivenciar suas práticas de lazer nos referidos espaços. Além disso, oportuniza que esses indivíduos possam praticar suas atividades orientadas por profissionais capacitados que poderão promover o intercâmbio social de pessoas com deficiência física com outras sem deficiência. Seria possível, ainda, oportunizar práticas de lazer seguras, regulares, autônomas e que privilegiem momentos de prazer, de satisfação e de alegria, sem deixar de focar na individualidade de cada pessoa.

CONCLUSÃO

Nosso propósito, nesse estudo, foi o de conhecer as estruturas arquitetônicas dos espaços públicos de lazer referentes à pesquisa, sendo eles: Lago Municipal, Complexo Esportivo Ciro Nardi, Zoológico e Parque Tarquínio, além de identificar as condições de acesso, aos referidos espaços, por pessoas com deficiência física (cadeirantes), confrontando os dados obtidos na pesquisa com aqueles que são padronizados na literatura.

Contudo, ao tratarmos de espaços públicos, percebemos que eles são a única alternativa para momentos de diversão, de descontração, de alegria e de lazer, para a maioria da população que não pode “custear” o lazer privado. Percebemos, ainda, que essas pessoas, ao frequentarem os espaços em questão, acabam se deparando com poucas opções de lazer, já que a falta de manutenção e de investimento deixa os espaços em mal estado de conservação e sujeitos ao vandalismo.

Acerca das condições de acesso das pessoas com deficiência física a esses espaços, a situação se torna ainda mais complicada, tendo em vista que a precariedade das estruturas arquitetônicas acaba inibindo tais pessoas de usufruírem desses ambientes sob pena de sofrerem aborrecimentos e constrangimentos durante as visitas. As calçadas esburacadas, os

banheiros inacessíveis e as rampas fora das normas previstas pela ABNT dificultam a circulação com autonomia e com segurança das pessoas com deficiência física nas quadras esportivas, nos estacionamentos, nas pistas, entre outros.

É necessário que o poder público promova políticas públicas, cumprindo a lei, atendendo o que é de direito dessas pessoas, fazendo as adaptações necessárias, de acordo com as normas da ABNT, e promovendo o acesso aos espaços públicos das pessoas com deficiência física.

Compreendemos as dificuldades que essas pessoas sofrem ao visitarem esses lugares, tendo em vista que a falta de acessibilidade limita as suas ações, excluindo-as, ainda mais, do convívio social e impedindo que elas exerçam seus direitos como cidadãos.

A respeito do profissional de Educação Física frente às pessoas com deficiência física nesses espaços, observamos a necessidade de ter alguém habilitado para passar as orientações necessárias, de modo que promova a inclusão social por meio das atividades e das programações de lazer. Percebemos o quanto essas pessoas precisam, mais do que ninguém, de momentos de alegria e de distração, momentos para aliviar o estresse do dia a dia, momentos para se sentirem livres e capazes de realizar quaisquer atividades que queiram. Entendemos que a falta de iniciativa do poder público, o descaso das autoridades e a falta de conscientização de uma parcela significativa da população são barreiras que impedem que essas pessoas exerçam o direito de ter esses momentos por meio do lazer em espaços públicos.

Com os dados obtidos nessa pesquisa, observamos que a cidade de Cascavel - PR dispõem de espaços públicos com áreas de lazer, no entanto, esses espaços devem ser acessíveis à toda a população, independente de suas limitações físicas, porque, em um país em que 23,9% de sua população apresentam algum tipo de deficiência, se torna indispensável a realização de políticas públicas que promovam essa acessibilidade.

Para tanto, sugerimos que o poder público promova a revitalização desses espaços, revendo as plantas das estruturas arquitetônicas desses ambientes e fazendo as adaptações necessárias e previstas nas normas da ABNT. Além disso, sugerimos que sejam feitas campanhas de divulgação dos espaços públicos, incentivando a população a visitar esses lugares, assim como ocorra a contratação de profissionais preparados para atuar junto às pessoas nos espaços públicos, na realização de atividades voltadas à recreação e ao lazer. Por fim, esperamos que esse estudo possa contribuir para fornecer informações ao poder público, aos profissionais de Educação Física e aos demais interessados.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS: **Coletânea de Normas de Acessibilidade para Pessoas Portadoras de Deficiência Física**. Rio de Janeiro: ABNT, 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS: **Acessibilidade e edificações, mobiliário espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2014.

AWAD, H. Z. A. **Lazer na Escola: descompromisso compromissado**. Uberlândia 2002. Dissertação (mestrado em educação). Programa de pós-graduação em educação, UFU.

BRAMANTE A. C. et al. **Múltiplos Olhares: lazer, concepção e significados**. Belo Horizonte: Licere, 1998.

BRASIL. Ministérios dos Cidadãos. **Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana**. Brasília, DF, 2010.

BRASIL. Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais. **Pessoa com Deficiência: aspectos teóricos e práticos**. Cascavel, 2006.

BRASIL. Secretaria Municipal de Esporte. **O Lúdico e as Políticas Públicas: realidade e perspectiva**. Belo Horizonte, 1995.

CAMARGO, L. O. L. **O Que é Lazer?** São Paulo: Brasiliense, 1986.

CARMO, A. A.; SILVA, R. V. S. Educação física e a pessoa portadora de deficiência: contribuição à produção do conhecimento. In: BÁRBARO, D, M. **O direito da pessoa portadora de “deficiência”**. Uberlândia: Impresso gráfica, 1997.

CEPAM. FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA. Coordenadoria de Gestão de Políticas Públicas-Coggep. **Acessibilidade nos Municípios**. São Paulo, 2008.

DUMAZEDIER, F. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

GIL, M. Deficiência: uma forma de ver o mundo. In: PRADO, A. R. A. **Município Acessível ao Cidadão**. São Paulo: PUC, 2001.

MARCELINO, N. C. **Estudos do lazer: uma introdução**. Campina: Associados, 2002.

OLIVEIRA, I. M. B. **Cartilha do senso 2010: pessoas com deficiência**. Brasília: SDH – PR/SNPD, 2012.

PAUKA, L. A. Secretaria de Estado e Educação. Departamento de Educação Especial **Fundamentos teóricos-metodológicos para a educação especial**. Curitiba, 1994.

PRADO, A. R. A. **Município acessível ao cidadão**. São Paulo, Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM. Unidade de Políticas Públicas - UPP, 2001.

RIBAS, I. B. C. **O que são pessoas deficientes**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

SOLDA, S. Sociedade e profissionais mobilizam-se para garantir direitos das pessoas com deficiência. **Ver. Crea-PR**. Curitiba, PR, Vol 10, ed. 47, p. 23-24, set/out 2007.

Rua Jataí, 118 – Tropical
CEP: 88807-120 – Cascavel – PR
(45) 9965-5932
hani@hani.com.br

ACCESSIBILITY OF DISABLED PEOPLE IN THE PUBLIC RECREATIONAL SPACES IN CASCAVEL- PR

ABSTRACT

The objective of the following study is to identify if the public recreational spaces in the city of Cascavel – PR offer an architectural structure that allows the access of people with physical disability (wheelchair users). The study is characterized as a field descriptive research, in which was conducted a visit with a disabled person (wheelchair user) in four public recreational spaces: The town Lake, Ciro Nardi sports complex, Tarquínio Park and the Zoo. We intend, through the research, point out the physical structures of leisure offered by these spaces; we also want to discover the main difficulties that a physically disabled person have to use these public spaces for leisure and identify how the professional of physical education can act with these people in public recreational spaces. The data was collected with a questionnaire with opened and closed questions; in addition, all the architectural structures were registered through photographical records, which were compared with those proposed by the literature that described how to adapt unfavorable environments. The results showed that all visited public spaces have a lack of adjustments in the physical structures of the bathrooms, the drinking fountains and the access ramps to the sidewalks, making the access difficult for people with physical disabilities; on this scenario, disabled people have no conditions to access properly these public spaces and practice recreational activities. The research also pointed out the lack of trained people to guide and to provide leisure activities, and insufficient efforts from the government authorities to promote actions to ensure the rights of people with disabilities to exercise their rights as citizens, and be able to properly access public spaces to do these recreational activities.

KEYWORDS: Physical disability, Recreation, Accessibility, Public Spaces.

ACCESSIBILITE POUR LES PERSONNES AYANT UN HANDICAP PHYSIQUE A DES ESPACES PUBLICS POUR LES LOISIRS DANS LA VILLE DE CASCAVEL - PR

RESUMEN

Le but de cette étude est de déterminer si les espaces publics pour les loisirs dans la ville de Cascavel - PR fournir structure architecturale permettant l'accès d'une personne handicapée (fauteuil roulant). La recherche est caractérisé comme champ descriptif, dans lequel il a effectué une visite d'une personne avec un handicap physique (en fauteuil roulant) en quatre espaces publics de loisirs, comme suit: Town Lake, Complexe sportif Cyrus Nardi, Zoo et Tarquin Park. Il a essayé de, grâce à la recherche, à souligner les structures physiques de loisirs offertes par ces espaces, ainsi que de connaître les principales difficultés qu'une personne handicapée physique est d'utiliser des espaces publics pour les loisirs et identifier les possibilités de rendement professionnels de l'éducation devant physique de ces personnes dans les espaces publics de loisirs. Pour la collecte des données a été utilisé un questionnaire avec des questions ouvertes et fermées, en plus, il y avait le record de toutes les structures architecturales à travers des documents photographiques, qui ont été comparés à ceux

proposés par la littérature concernant les ajustements nécessaires. Les résultats ont montré que tous les espaces publics visités ont montré l'absence d'ajustements dans les structures physiques des salles de bains, les fontaines, les rampes d'accès et les trottoirs, ce qui rend difficile d'accès pour les personnes handicapées physiques et mener des activités visant à votre guise à l'autonomie et la sécurité. L'enquête a également souligné le manque de personnes formées pour guider et d'offrir des activités de loisirs, et de l'insuffisance des efforts de la part des agents publics pour promouvoir des actions visant à garantir les droits des personnes handicapées d'exercer leurs droits en tant que citoyens, et pouvoir accéder correctement espaces publics d'exercer vos loisirs.

MOTS-CLÉS: Loisirs . Communes . Handicap physique . Accessibilité

LA ACCESIBILIDAD PARA LAS PERSONAS CON DISCAPACIDAD FÍSICA A LOS ESPACIOS PÚBLICOS PARA EL OCIO EN LA CIUDAD DE CASCAVEL– PR.

RÉSUMÉ

El objetivo de este estudio es identificar si los espacios públicos para el ocio en la ciudad de Cascavel - PR proporcionar estructura arquitectónica que permite el acceso de una persona con discapacidad (silla de ruedas). La investigación se caracteriza por ser campo descriptivo, en el que se llevó a cabo una visita de una persona con discapacidad física (silla de ruedas) en cuatro espacios públicos para el ocio, de la siguiente manera: Town Lake, Complejo Deportivo Ciro Nardi, Zoo y Tarquin Park. Intentó, mediante la investigación, señalar las estructuras físicas de ocio que ofrecen estos espacios, así como conocer las principales dificultades que una persona con discapacidad física es el uso de espacios públicos para el ocio e identificar posibilidades de rendimiento profesional de la Educación delante física de estas personas en los espacios públicos para el ocio. Para la recolección de datos se utilizó un cuestionario con preguntas abiertas y cerradas, además, estaba el registro de todas las estructuras arquitectónicas a través de los registros fotográficos, que se compararon con las propuestas por la literatura en relación con los ajustes necesarios. Los resultados mostraron que todos los espacios públicos visitados mostraron falta de ajustes en las estructuras físicas de los baños, las fuentes de agua, las rampas de acceso y aceras, lo que dificulta el acceso de las personas con discapacidad física y la realización de actividades dirigidas a su aire, con autonomía y la seguridad. La encuesta también señaló la falta de personas capacitadas para orientar y proporcionar actividades de ocio, y la insuficiencia de los esfuerzos por parte de los funcionarios públicos para promover acciones para garantizar los derechos de las personas con discapacidad puedan ejercer sus derechos como ciudadanos, y acceder a la correctamente los espacios públicos para ejercer su tiempo libre.

PALABRAS CLAVE: Ocio. Espacios públicos. La discapacidad física. Accesibilidad.

ACESSIBILIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA AOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL - PR

RESUMO

O objetivo deste estudo é identificar se os espaços públicos de lazer da cidade de Cascavel – PR disponibilizam de estrutura arquitetônica que permita o acesso de uma pessoa com deficiência física (cadeirante). A pesquisa se caracteriza como descritiva de campo, em que se realizou uma visita junto de uma pessoa com deficiência física (cadeirante) em quatro espaços públicos de lazer, sendo eles: Lago Municipal, Complexo Esportivo Ciro Nardi, Zoológico e Parque Tarquínio. Procurou-se, por meio da pesquisa, apontar as estruturas físicas de lazer ofertadas por esses espaços, assim como conhecer as principais dificuldades que uma pessoa

com deficiência física encontra ao utilizar os espaços públicos de lazer e identificar as possibilidades de atuação do profissional de Educação Física frente a essas pessoas em espaços públicos de lazer. Para a coleta de dados utilizou-se um questionário com perguntas abertas e fechadas, além disso, houve o registro de todas as estruturas arquitetônicas por meio de registros fotográficos, os quais foram comparados com os propostos pela literatura com relação às adaptações necessárias. Os resultados obtidos demonstraram que todos os espaços públicos visitados apresentaram falta de adequações nas estruturas físicas dos banheiros, dos bebedouros, das rampas de acesso e das calçadas, dificultando o acesso de pessoas com deficiência física e a realização de atividades voltadas ao seu lazer com autonomia e segurança. A pesquisa ainda apontou a falta de pessoas capacitadas para orientar e para propiciar práticas de lazer, além da insuficiência de iniciativas por parte dos responsáveis públicos em promover ações que assegurem os direitos das pessoas com deficiência física para que possam exercer seus direitos como cidadãos, tendo condições de acessar apropriadamente os espaços públicos para exercitar o seu lazer.

PALAVRAS-CHAVE: Lazer. Espaços Públicos. Deficiência Física. Acessibilidade.